

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E  
CONTROLADORIA

Auditoria Interna

Estudo sobre sua importância no fortalecimento dos controles internos, no  
gerenciamento de riscos e no suporte à governança corporativa.

Grauciene Maciel França

Belo Horizonte

2013

Grauciene Maciel França

**Auditoria Interna – Estudo sobre sua importância no fortalecimento dos controles internos, no gerenciamento de riscos e no suporte à governança corporativa.**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Especialização em Auditoria do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título Especialista em Auditoria.

Área de concentração: Contabilidade e Controladoria

Orientador: Prof. João Aristides de Moraes

Belo Horizonte

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Contábeis  
Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria - CEPCON

Ata da Sessão Pública de Defesa de Trabalho Final de **GRAUCIENE MACIEL FRANÇA**, no. de registro **2012693851**, aluna do Curso de Especialização em Auditoria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, o presidente da Banca Examinadora Prof. João Aristides de Moraes, abriu a sessão pública de defesa de trabalho final de Grauciene Maciel França, intitulado **"Auditoria Interna: Estudo sobre a sua importância no fortalecimento dos controles internos, no gerenciamento de riscos e no suporte a governança corporativa"**. A Banca Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso em agosto de 2013 e foi constituída pelos professores, *João Aristides de Moraes (orientador)* e *Fernando Antônio Lopes Matoso*. A defesa constou da apresentação de seminário versando sobre o assunto do trabalho, seguido de arguição do candidato pelos membros da banca. Posteriormente, a banca examinadora reuniu-se em sala fechada para o julgamento final, tendo sido considerado APROVADA com nota/conceito 8,5/B o trabalho final de Grauciene Maciel França. O resultado foi comunicado ao público presente pelo Prof. João Aristides de Moraes, que, em seguida, declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos membros da Banca Examinadora. Belo Horizonte, 06 de setembro de 2013. \*\*\*\*\*

Prof. João Aristides de Moraes  
(Especialista)

Prof. Fernando Antônio Lopes Matoso  
(Especialista)

**DEDICATÓRIA**

*A Leandra, Lanna e Júlia;  
Razões do meu existir.*

*"Nec major in laude nec minor in vituperio."*

*Saint Augustine.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar forças para vencer mais essa etapa.

Ao meu orientador, professor João Aristides de Moraes, pela paciência, pelo conhecimento transmitido, pelas valiosas considerações ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Curso de Especialização em Auditoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo conhecimento transmitido.

À Patrícia, funcionária da Secretaria do Programa do Departamento Ciências Contábil Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria pela atenção, gentileza e solicitude com que sempre me tratou durante esse período de estudo.

Aos colegas de curso pelo maravilhoso convívio.

À minha família, ao meu namorado e aos meus amigos (as) que me apóiam em cada desafio.

Obrigada a todos.

## RESUMO

Após a crise econômica mundial a Auditoria Interna, ganha reconhecimento e se afirma como uma atividade que proporciona grandes benefícios às organizações. Esse instrumento de monitoramento e verificação da qualidade dos controles internos, com a finalidade de propor melhorias para os mesmos, de avaliação dos riscos envolto às companhias para tentar mitigá-los e o seu apoio a governança corporativa, tem o objetivo de melhorar a gestão e maximizar os resultados definidos pela Administração. O presente trabalho busca ressaltar as vantagens adquiridas com os trabalhos de auditoria interna pelas corporações, já que estas necessitam passar transparência, credibilidade e segurança a seus proprietários e acionistas. Ressalta-se, também, que no ambiente da Governança Corporativa de toda sociedade está inserido, imprescindivelmente, os bons controles internos, não sendo esses controles totalmente independentes, pois necessitam de monitoramentos constantes por parte da auditoria interna. Além do fato de que a auditoria interna é parte fundamental para o apoio, não só ao monitoramento como base para complementar os trabalhos dos auditores externos que as sociedades estão sujeitas.

Palavras-Chave: Auditoria Interna, Controles Internos, Gestão de Riscos, Governança Corporativa.

## ABSTRACT

After the global economic crisis Internal Audit, win recognition and asserts itself as an activity that brings great benefits to organizations. This instrument monitoring and verification of the quality of internal controls, in order to propose improvements to them, risk assessment wrapped companies to try to mitigate them, and support for corporate governance, aims to improve the management and maximize outcomes defined by management. This paper seeks to highlight the advantages gained from the work of internal audit by corporations, since they need to spend transparency, credibility and security for its owners and shareholders. It is noteworthy, too, that the environment of the Corporate Governance of the whole society is inserted, indispensably, good internal controls, these controls are not completely independent, since they require constant monitoring by the internal audit. Besides the fact that internal audit is a fundamental part of the support, not only to monitoring as a basis to complement the work of external auditors which companies are subject.

Keywords: Internal Audit, Internal Controls, Risk Management, Corporate Governance.



**LISTA DE SIGLAS**

CFC	–	Conselho Federal de Contabilidade
CRCRS	–	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
COSO	–	<i>Committee of Sponsoring Organizations</i>
CPC	–	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IBGC	–	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	–	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IIA	–	Auditores Internos do Brasil
SOX	–	<i>Sarbanes Oxley</i>

**LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO I – Risco empresarial .....</b>	<b>21</b>
<b>QUADRO II – Tipos de riscos e descrição.....</b>	<b>22</b>

**LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA I – Componentes dos controles internos ..... 20**

**FIGURA II – Modelo COSO para a gestão empresarial..... 26**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Contextualização .....	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Justificativa e Relevância.....	14
<b>2</b>	
	<b>REFERENCIAL</b>
<b>TEORICO.....</b>	<b>166</b>
2.1 Auditoria Interna.....	166
2.1.2 Objetivos da auditoria interna.....	17
2.1.3 A importância da auditoria interna para as organizações.....	17
2.1.4 Procedimentos de auditoria interna.....	18
2.5 Controle Interno .....	18
2.5.1 Objetivos do controle interno.....	19
2.5.2 Importância do controle interno.....	19
2.5.3 Relação do controle interno com a auditoria interna.....	20
2.6 Gestão de Riscos.....	21
2.6.1 Riscos.....	21
2.6.2 Tipos de riscos.....	22
2.6.3 Gestão de riscos.....	23
2.6.4 O papel da auditoria interna na gestão de riscos.....	25
2.7 COSO - Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission.....	25
2.8 Lei Sarbanes-Oxley (SOX).....	27
2.9 Governança Corporativa.....	28
2.9.1 Relação entre auditoria interna e governança corporativa.....	29
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>301</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
4.1 Resultados Obtidos com o Trabalho.....	31
4.2 Sugestão para Pesquisas Futuras.....	32
<b>5. REFERENCIAS.....</b>	<b>33</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Contextualização**

A auditoria interna ao longo dos anos sofreu grandes transformações. Anteriormente exercia uma atividade voltada para a fiscalização, no sentido de verificar se os procedimentos estavam adequados às normas pré-estabelecidas e na conferência de valores e documentos.

Essa auditoria interna tradicional, com a globalização, com o novo ambiente econômico, com a evolução tecnológica, com o crescimento das empresas, gerando assim maior complexidade nos processos, abriu espaço para uma auditoria interna com maior espaço e papel preponderante nas organizações.

Nesse novo contexto a auditoria interna passa a exercer uma função estratégica, voltada para a geração de valor, identificação e avaliação dos riscos inerentes ao negócio buscando melhorias dos controles internos e oferecendo suporte à governança corporativa.

Sua atuação na identificação dos riscos, na prevenção de fraudes, na mitigação de desperdícios, melhora a performance organizacional e contribui para atingir as metas de lucratividade e proporciona maior rentabilidade aos acionistas.

Diante da complexidade do funcionamento empresarial outro trabalho executado pela auditoria interna é a certificação da efetividade dos controles internos, que corrobora para uma gestão eficaz e eficiente.

A governança corporativa também se beneficia dos trabalhos da auditoria interna uma vez que exerce importante tarefa - oferecer suporte as melhores práticas de governança e alinhar os interesses das partes interessadas.

É mister ressaltar que com a adesão das organizações às regulamentações exigidas pelo *Committee of Sponsoring Organizations* (COSO) e pela *Sarbanes Oxley* (SOX), a auditoria interna assume tarefas mais importantes e de maior responsabilidade. Empresas que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores a adesão às regulamentações da SOX é obrigatória. Empresas de capital fechado podem e devem aderir às exigências, pois serão beneficiadas com melhor desempenho empresarial e, a partir de 2014, as empresas de grande porte, mesmo as empresas constituídas sob a forma de responsabilidade limitada terão, obrigatoriamente, que ter auditoria externa, conseqüentemente a auditoria interna será um foco importante nessas sociedades.

A pesquisa buscou analisar o importante e imprescindível papel da auditoria interna nas organizações, salientando sua colaboração na melhora dos processos, sua cooperação no gerenciamento dos riscos e seu apoio à governança corporativa.

O presente estudo apresenta o seguinte problema da pesquisa:

- Como a auditoria interna, diante do novo contexto financeiro, impacta na melhora dos controles internos, no gerenciamento dos riscos, no apoio às melhores práticas de governança corporativa, gerando assim valor para a organização?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Como objetivo geral o trabalho tem como evidenciar os benefícios auferidos pelas atividades de auditoria interna para o sucesso das organizações.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

O estudo pretende, também, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Levantar os benefícios proporcionados pelo trabalho executado pela auditoria interna na avaliação dos controles internos.
- Avaliar a eficácia da auditoria interna na melhora dos processos de gestão de riscos.
- Analisar a influência da auditoria interna no contexto da governança corporativa.

### **1.3 Justificativa e Relevância**

Diante das mudanças no cenário econômico, da crescente velocidade dos negócios que conseqüentemente acarretam vulnerabilidade aos processos, adicionalmente aos escândalos financeiros, que levaram à falência grandes empresas e à insolvência de outras, a auditoria interna passa a não só avaliar os controles internos das empresas, mas também a prestar serviços mais amplos, como os voltados ao gerenciamento de riscos e auxílio as práticas de governança corporativa, dessa forma assessorando à Alta Administração na condução do negócio.

A avaliação das atividades, pela auditoria interna, permite à Administração aferir a adequação dos controles internos, efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento de normas e regulamentos.

Analisando os estragos ocorridos com a crise econômica, bem como os grandes fatos de conhecimento público das empresas Enron, Wordcom, Parmalat, Sadia, Banco Panamericano, Siemens, dentre outros, é notável que empresas que em sua estrutura organizacional dispõem do departamento de auditoria interna para avaliar os controles internos, bem como analisar os riscos envolto ao negócio, e auxiliando no cumprimento das normas e regulamentos estão melhor preparadas para lidar com os imprevistos.

Em 27 de novembro de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Resolução nº 1.229, com a divulgação da NBC TA 610 que trata da utilização dos trabalhos da auditoria interna pela auditoria externa. As normas brasileiras de contabilidade convergentes com os padrões internacionais, exigem que os auditores externos considerem os trabalhos da auditoria

relevantes para a identificação e avaliação dos riscos de distorções relevantes na sociedade. Diz a norma que: “Os objetivos da função de auditoria interna são determinados pela administração e, quando aplicável, pelos responsáveis pela governança”.

No contexto dessa resolução está claro que os objetivos da auditoria interna e do auditor independente, embora sejam diferentes, os meios utilizados por ambos para alcançar seus objetivos são semelhantes.

Auditoria interna, não é um tema recente, mas no novo cenário mundial é uma atividade que vem ganhando destaque, é uma importante ferramenta que pode determinar o sucesso ou o fracasso de uma organização. Diante do exposto é indiscutível a relevância desse estudo.



## 2 REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 Auditoria Interna

A auditoria interna é uma ramificação da auditoria. É um instrumento indispensável às organizações, as funções que desempenha ajudam efetivamente os gestores na administração da empresa e proporciona tranquilidade às partes interessadas no negócio.

O *Institute of Internal Auditors*<sup>1</sup> apud Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 932) afirma que

“Auditoria interna é uma atividade independente, de fornecimento de segurança objetiva e de consultoria que visa acrescentar valor a uma organização e melhorar suas operações. Trazendo para a organização uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia de seus processos de gerenciamento de risco, controle e governança, ajuda-a a atingir seus objetivos.”

O conceito é claro e revela o contributo da atividade às empresas e instituições que dispõem dessa aliada.

Semelhante conceito é dado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2013) que define auditoria interna como:

(...) exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informação e controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir a administração da entidade de cumprimento de seus objetivos.

Os trabalhos realizados pela auditoria, auxiliam as organizações a identificarem tempestivamente os riscos que podem levar a perdas financeiras ou mesmo a falência da entidade.

---

<sup>1</sup> INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. *Codification of standards for the professional practice of internal auditing*. Altamonte Sprong. Institute of Internal Auditoris, 1993.

### **2.1.2 Objetivos da auditoria interna**

A auditoria interna deve trabalhar de forma independente, para que os relatórios apresentados após revisão e análise das operações contábeis, procedimentos financeiros e das outras atividades da empresa sejam a realidade. Somente assim a auditoria interna conseguirá prestar assessoria à Alta Administração de maneira imparcial.

Para Almeida (2003), os objetivos da auditoria interna são:

- ✓ Sondar se as normas internas estão sendo observadas;
- ✓ Julgar a necessidade de instituir novas normas internas ou de alterar as já existentes;
- ✓ Executar auditoria nas áreas contábil e operacional.

Prestar auxílio à Administração é o objetivo maior da auditoria interna. Investigando e conferindo as normas e rotinas de trabalho o auditor oferece aos gestores conhecimento da forma de como são desenvolvidas as atividades, com isso, viabilizando análises, apreciações, recomendações acerca das atividades inquiridas. (PORTAL, s.d.).

### **2.1.3 A importância da auditoria interna para as organizações**

Com a complexidade das organizações, com o alto nível de exigência de seus controles e a globalização, a auditoria interna é vista como um mecanismo que contribui positivamente para a gestão da empresa, garantindo segurança, transparência e confiabilidade às informações. Hoje a variável credibilidade é fator de competitividade e permanência no mercado altamente competitivo.

A auditoria interna ajuda na minimização, ou até mesmo na eliminação de desperdícios, na simplificação de tarefas, é uma ferramenta de apoio à gestão que contribui com informações aos administradores sobre o desempenho das atividades executadas (ALMEIDA, 2003). Logo, empresas que utilizam essa técnica são beneficiadas no tocante a liderança, eficácia no

aprimoramento e elaboração de controle interno, oferecendo melhor controle do patrimônio, minimizando assim a ineficiência, e assegurando um funcionamento correto dos procedimentos.

#### **2.1.4 Procedimentos de auditoria interna**

Os processos de auditoria interna se constituem na observação minuciosa e na inquirição, incluindo testes de observância e testes substantivos, que possibilitem ao auditor interno obter informações que possam alicerçar suas conclusões e propostas à administração (ATTIE, 2007).

Durante o planejamento de auditoria que é definido o procedimento a ser utilizado para alcançar o objetivo que foi previamente definido.

Attie (2007) afirma que os testes de observância garantem o mínimo de segurança aos controles internos fixados pela administração.

#### **2.5 Controle Interno**

Pode ser entendido como todas as diretrizes adotadas pelas empresas com o fim de atenuar os riscos e melhorar os processos.

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA)<sup>2</sup> *apud* Attie (2007, p.182) afirma que

“O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.”

Controle interno é um sistema que monitora os procedimentos de uma organização com o objetivo de resguardar seus interesse e fornecer informações que irão ajudar a administração na condução da mesma. (ALMEIDA, 2003).

---

<sup>2</sup> COMISSÃO de procedimentos de auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, Normas e procedimentos de auditoria, 1971.

Os conceitos evidenciam a importância para uma empresa dispor de um controle interno adequado. Por mais moderno que seja o sistema de controle interno quem irá operá-lo são pessoas. As mesmas precisam estar aptas e qualificadas para o bom desempenho das tarefas. Controles internos inadequados dão margem ao surgimento de erros que acarretam prejuízos à empresa.

### **2.5.1 Objetivos do controle interno**

Attie (2007) destaca quatro objetivos básicos do controle interno, são eles:

- ✓ Salvaguarda dos interesses: defender o patrimônio de erros ou fraudes;
- ✓ Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais: remete-se a credibilidade das informações geradas essenciais para a administração;
- ✓ Estímulo a eficiência operacional: providenciar meios que garantam a gestão eficiente das tarefas;
- ✓ Aderência às políticas existentes: garantir que as políticas da organização sejam seguidas.

Os objetivos citados endossam que uma entidade que possui controle interno apropriado, possui certa tranquilidade no que se refere a execução das tarefas praticadas na empresa.

### **2.5.2 Importância do controle interno**

É impossível imaginar uma organização que não tenha o mínimo de controle. A inexistência de um controle nos leva a crer que a empresa não possui um fluxo ordenado das atividades/tarefas e as informações geradas não são passíveis de crédito.

Para Attie (2007), é impossível tomar alguma decisão adequada valendo-se de informações que correm o risco de não serem fidedignas. Espera-se de um controle interno eficaz uma garantia mínima que os erros sejam minimizados ou até mesmo extintos e que as metas e objetivos propostos pela empresa estejam sendo alcançados de forma eficiente e econômica.

### 2.5.3 Relação do Controle interno com a auditoria interna

Não se pode confundir auditoria interna com controle interno. Cada um exerce papel distinto dentro da organização.

“A auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação dos controles internos, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere a procedimentos de organização adotados como planos permanentes da empresa.” (Fonte: Site CRCRS)

Cabe à auditoria interna medir/revisar a eficiência dos controles, para que possa assessorar à Alta Administração, no desempenho de suas funções. Essa revisão tem o intuito de certificar se o sistema de controle interno estabelece certeza razoável quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para a organização.

Segundo Attie (2007) a auditoria interna foca no que o controle interno representa para a instituição, com vistas na conformidade, segurança e adequação das ações para que essas venham a gerar informações precisas aos interessados internos e externos.

Essa peça chave de avaliação desempenha um imprescindível papel no fortalecimento e na contínua melhoria dos controles internos.

Em todo ambiente de controle interno, dentro da visão de governança corporativa completa, há claramente definido as fases elementares de controle, conforme demonstramos na figura 1 a seguir:

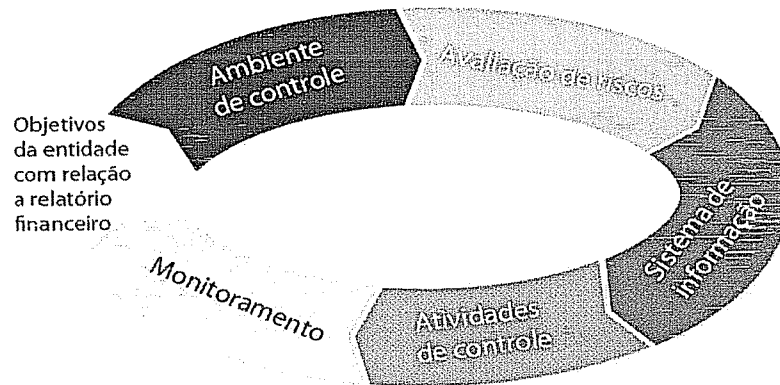


Figura 1 – Componentes dos controles internos  
Fonte: Ibracon – Normas de auditoria

A figura 1 destaca os componentes do ambiente de controle interno, sob a visão da governança corporativa, ou seja, em toda estrutura empresarial há que se ter a visão das etapas dos controles. No conjunto dos componentes interligados a auditoria interna tem seu papel fundamental, uma vez que, ela será a principal peça no monitoramento. Não se cria ambiente de controle sem prever a manutenção, e o monitoramento do funcionamento desses controles.

## 2.6 Gestão de Riscos

### 2.6.1 Risco

Sob uma ótica popular risco é entendido como algo indesejável que precisa ser mitigado, e faz parte da nossa vida pessoal, profissional e organizacional, o que se busca é a suavização dos efeitos desses riscos.

Risco é “o grau de incerteza em relação à possibilidade de ocorrência de um determinado evento, o que, em caso afirmativo, redundará em prejuízos” (SANTOS, 2002, P.23).

Para Padoveze e Bertolucci (2009, p.194), “dentro do conceito geral de risco, pode-se definir risco como eventos futuros incertos, que podem influenciar o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e financeiros da organização”.

Alguns anos atrás as organizações não possuíam tanta preocupação no gerenciamento dos riscos aos quais estavam expostas, mas depois dos escândalos mundialmente conhecidos a visão mudou e hoje gerenciar riscos é fator de sobrevivência empresarial.

### 2.6.2 Tipos de riscos

Há uma diversidade de tipos de riscos, como por exemplo, risco de regulamentação, risco de catástrofes, risco operacional, risco de controle, risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro, risco país, risco de reputação, dentre outros. Agrupar os riscos em grupos é um facilitador para as organizações, pois assim há como melhor observá-los e conseqüentemente definir um melhor tratamento ao risco específico para cada corporação.

Serão tratados neste subtítulo os riscos empresariais e/ou corporativos que o COSO (s.d., 2013) define como “processo conduzido pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva e pelos demais empregados, e aplicado no estabelecimento de estratégias por meio de toda a organização”. Peres (2010, p.39) cita SANTOS (2002) que sugere a seguinte classificação:

Risco empresarial total				
Riscos Provenientes do Ambiente Externo		Riscos Provenientes do Ambiente Interno		
Risco do Macroambiente	Risco do Ambiente Setorial	Riscos Financeiros	Riscos Operacionais	
			Gerais	Funcionais
- Políticos legais	- De fornecedores	- De liquidez	- Da estrutura de custos	- Da área Administrativa
- Econômicos	- De Clientes	- De crédito	- De sucessão	- Da área de Compras
- Demográficos	- De concorrentes	- De mercado	- De fraudes	- Da área de marketing
- Naturais	- De produtos	- Legais	- Corporativos	- Da área de vendas
- Tecnológicos	Alternativos.		- De sistemas	- Da área de produção e logística
Sociais			- De greves	- Da área contábil/fiscal
			- Infraestrutura	- Da área de distribuição

Quadro 1: Risco Empresarial  
Fonte: Peres (2011, p.39)

Adicionalmente, Assi (2012) destaca as seguintes categorias de riscos empresariais:

RISCO	DESCRIÇÃO
Operacional	Ocorre devido à fragilidade ou ausência de processos e controles internos adequados, ocasionando perdas (diretas ou indiretas).
Legal	Resulta de argumentações jurídicas pertinentes às transações da organização, que poder ocasionar perdas ou contingências não calculadas quando da realização de alguma transação comercial.
Contratual	Probabilidade de perda relacionada à inadequação formal do contrato.
Conformidade	Possibilidade de perda decorrente da inobservância, infração ou interpretação incorreta de normas e regulamentos.
Político	Resulta de mudanças motivadas por autoridades políticas que podem prejudicar a forma como a organização dirige seus negócios.
Liquidez	Insuficiência de fundos para arcar com compromissos assumidos devido a gestão insatisfatória do caixa da empresa.
Taxa	Correlação imperfeita das taxas de captação e aplicação da organização.
Taxa de Câmbio	Conceituado como risco de perdas acarretado por mudanças adversas nas taxas de câmbio.
Mercado	Decorre da oscilação dos preços dos fornecedores e dos produtos. Pode ser entendido como uma medida numérica da incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento.
Derivativos e hedge	Pode ser entendido como o risco de perdas devido ao uso de derivativos.
Terceirização	Probabilidade de ocorrer perdas em decorrência da terceirização da gestão.
Contábil	Refere-se ao não atendimento das normas e regulamentações.
Controle	Aqui estão incluídos os riscos de falhas de sistemas internos de informação.
Tributário	Possibilidade de perda em decorrência de má interpretação da legislação tributária.
Crédito	Entendido como uma medida de incerteza referente ao não recebimento de um valor.
Risco-país	Medida que classifica a instabilidade econômica de um país.
Demanda	Incerteza sobre a demanda de um produto ou serviço que pode ser ocasionada, por exemplo, pela mudança de gosto dos clientes
Novos Produtos	Está relacionado aos erros na gestão de novos produtos.
Reputação	Caracterizado pelas perdas monetárias e financeiras ocasionando a perda de reputação da organização.
Continuidade	Tratam da continuidade do negócio em caso de pane no ambiente físico e/ou lógico.
Desastre	Decorre de desastres naturais e pode ser segurado.

Quadro 2 Tipos de riscos e descrição

Fonte: Assi (2012, p.41-47). Adaptado pela autora.

### 2.6.3 Gestão de Riscos

Fatores como ambiente instável, competitividade acirrada, tecnologias cada dia mais sofisticadas colaboram para o crescimento dos riscos nas corporações. Com isso faz-se necessário um controle que privilegie o desempenho e a competição, que garantam economia e eficiência na utilização dos recursos das organizações.



O COSO (2004, p.4) define gestão de risco como:

“Um processo desenvolvido pela administração, gestão e outras pessoas, aplicado na definição estratégica ao longo da organização, desenhado para identificar potenciais eventos que podem afetar a entidade, e gerir os riscos para níveis aceitáveis, fornecendo uma garantia razoável de que os objetivos da organização serão alcançados”.

Conhecer/identificar os riscos e seus impactos é de grande importância, pois essa detecção equilibra os níveis de riscos aos quais as operações estão sujeitas. Para minimizar os riscos é necessário “ter um melhor entendimento deles, como identificá-los, mensurá-los e, quando apropriado, os métodos mais adequados para controlá-los (VESPER, 2005).

Risco e controle são variáveis que estão interligadas, ou seja, uma só existe em função da outra. Para que seja necessária uma estrutura efetiva de controle, faz-se necessário a existência de riscos. Santos (s.d) afirma que:

“a gestão de riscos deve ser considerada como parte integrante da estratégia de organização para que os eventos de riscos não causem desvios ou impactos sobre os objetivos. Sistema de Controle Interno deve ser utilizado para melhorar a eficiência operacional e atender requisitos legais”.

Nos últimos anos, principalmente após os escândalos financeiros, gerir riscos passou a ser um fator de continuidade empresarial e estabelecer controles é fundamental para o gerenciamento desses riscos.

A gestão de riscos trata das incertezas e as empresas buscam ferramentas e metodologias para tratar e mitigar esses riscos e com isso gerar valor aos envolvidos (acionistas, administradores, diretores, etc).

#### **2.6.4 O papel da auditora interna na gestão de riscos**

Para fortalecer a estrutura de controle de uma organização, atualmente as empresas devem aderir a certas regulamentações, que foram instituídas para manter um nível mínimo de confiança, caso queiram manter-se competitivas, nesse ínterim a auditoria interna reforça seu indispensável papel nessa nova conjuntura.

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA) esclarece que:

“o principal papel da auditoria interna no processo de gestão de risco é fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco das organizações, contribuir para assegurar que os principais riscos do negócio estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controle interno estão a funcionar eficazmente (IIA, 2009).

## 2.7 COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

Organização privada instituída em 1985, nos Estados Unidos, por representantes das principais associações de profissionais de classe ligadas à área financeira. Essa iniciativa tinha por objetivo pesquisar as causas da existência de fraudes nos relatórios financeiros e contábeis. (PEREIRA, 2009).

Pereira (2009) destaca que em 1992 essa comissão se converteu em comitê após a publicação do trabalho *Internal Control – Integrated Framework* (Controles Internos – Um Modelo Integrado) que é parâmetro para a pesquisa e aplicação dos controles internos.

Conforme a definição de controle interno dada pelo COSO, tem-se:

“Os controles internos são um processo implementado pela administração, diretoria e demais pessoas de uma entidade, projetado para prover razoável garantia da consecução de objetivos nas seguintes categorias: Efetividade e eficiência nas operações; Confiabilidade nos relatórios financeiros; e Atendimento às leis e regulamentos aplicáveis.” (COSO 1994)

“O COSO é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles e governança corporativa”. (INFOSEGURA, s.d)

A estrutura de controle interno definida pelo COSO é composta por cinco componentes:

✓ Ambiente de Controle: está alinhado com a cultura da empresa com relação efetividade de controles em toda a organização. A Alta Administração tem papel fundamental a existência de Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Códigos de

Ética, assim como deve facilitar a divulgação à todos os colaboradores para que têm tenham conhecimento de suas responsabilidades, autoridades e competências na execução dos processos internos.

✓ Avaliação do risco: envolve a identificação e a análise pela gestão – não pelo auditor interno – dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos predeterminados.

✓ Atividades de controle, ou políticas, procedimentos e práticas: asseguram que os objetivos de gestão sejam alcançados e que as estratégias de mitigação dos riscos sejam implementadas.

✓ Informação e comunicação: suporta todos os outros componentes de controle por meio da comunicação das responsabilidades de controle aos empregados e por meio do fornecimento de informação que permita às pessoas o cumprimento das suas responsabilidades.

✓ Monitoração: inclui a supervisão externa dos controles internos por parte da gestão ou de outras partes externas ao processo. Também pode consistir na aplicação de metodologias independentes (como procedimentos customizados ou listas de verificação padronizadas) por parte das pessoas envolvidas em um processo. (ASSI, 2012, p.76 e 77).

Assi (2012) ainda destaca que os principais objetivos do controle interno segundo o COSO são:

- Garantir processos eficientes e eficazes;
- assegurar relatórios financeiros corretos;
- atestar a conformidade com as leis e regulamentos.

A estrutura de controle interno definida pelo COSO é representada pelo cubo, conforme demonstrado na figura 1 a seguir:



Figura 1 – Modelo COSO para a gestão empresarial  
Fonte: Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada

O cubo apresentado reflete a estrutura de controles internos preconizada pelo COSO, onde se apresenta todo o ambiente de controles internos de uma sociedade em uma gestão empresarial.

Nessa demonstração a identificação da visão empresarial com base nos elementos de controles internos esta diretamente relacionada ao gerenciamento total dos negócios e, principalmente, a gestão de riscos.

## 2.8 Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX)

Lei promulgada em 30 de julho de 2002, após os escândalos financeiros da década de 90 que abalaram a economia dos Estados Unidos, tem o propósito de restaurar a confiança dos investidores que empregam grandes somas monetárias no mercado de capitais e prevenir fraudes corporativas.

Dias (2006) aponta questões relacionadas a SOX, como:

- ✓ Boas práticas de governança e ética corporativa;
- ✓ Código de ética corporativo;
- ✓ Restrição a empréstimos e concessão de crédito para diretores;
- ✓ Código de ética para executivos financeiros e *insiders*;
- ✓ Restrição à contratação de serviços de auditores externos;
- ✓ Quarentena para contratação de funcionários que já atuaram como auditores externos (nível executivo para área financeira);
- ✓ Comitê de auditoria;
- ✓ Combate a fraudes financeiras;
- ✓ Estruturação e monitoramento de controles internos;
- ✓ Governança em tecnologia da informação;
- ✓ Gestão e gerenciamento de riscos.

“A *Sarbanes-Oxley* é contundente quanto ao papel crítico dos controles internos, definindo-o como um processo desempenhado pela alta gestão, diretores e demais funcionários, visando o sucesso do negócio”. (DIAS, 2006, p.55).

É necessário citar, que além da lei, as normas internacionais de contabilidade estão convergindo para um padrão mais firme/rígido, com vistas a inibir ações antiéticas que possam abalar a economia.

## **2.9 Governança Corporativa**

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBCG (acesso em 15 jul. 2013), Governança Corporativa é

“o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.”

A adoção das melhores práticas de governança corporativa não é um modismo, mas sim um diferencial competitivo para as organizações.

Rosseti e Andrade (2011, p.18) afirmam que

“um bom sistema de governança ajuda a fortalecer as empresas, reforça competências para enfrentar novos níveis de complexidade, amplia as bases estratégicas da criação de valor, é fator de harmonização de interesses e, ao contribuir para que os resultados corporativos se tornem menos voláteis, aumenta a confiança dos investidores, fortalece o mercado de capitais e é fator coadjuvante do crescimento econômico.”

Uma boa governança propicia maior segurança ao negócio e reduz a exposição a riscos externos ou de gestão.

## **2.10 Relação entre Auditoria Interna e Governança Corporativa**

Não podemos dizer que a auditoria interna seja um órgão de governança, mas sim que é um prestador de serviços de apoio ao Conselho de Administração, que tem por “responsabilidade monitorar e avaliar a adequação do ambiente de controles e das normas e procedimentos estabelecidos pela gestão” (CODIGO, p.47)

É tarefa da auditoria interna sugerir melhorias para os controles, normas e procedimentos e essas recomendações devem estar em conformidade com as melhores práticas. A atuação ativa da

auditoria interna contribui para o aprimoramento do ambiente de controle, proporciona benefícios para a gestão da organização e gera maior confiança aos investidores.

Cabe a auditoria interna, no âmbito da governança corporativa:

- ✓ Organizar o ambiente interno de controle.
- ✓ Interagir e contribuir como sistema de auditoria estabelecido pela Assembléia Geral o pelo Conselho de Administração.
- ✓ Implantar sistemas de controle e de auditoria, abrangendo todos os processos, práticas e rotinas internas.
- ✓ Exigir que os relatórios contábil-financeiros sejam:
- ✓ Aderentes às leis e regulamentos aplicáveis às operações da companhia.
- ✓ Confiáveis, abrangentes e oportunos. (ROSSETI E ANDRADE, 2011, P.254).

A auditoria interna é um instrumento de proteção aos *stakeholders*, possui papel relevante no ambiente de governança, uma vez que as boas práticas só tem sentido por meio de controles internos robustos que garantam alta eficácia operacional e estratégica.

### 3 METODOLOGIA

Essa etapa consiste em descrever a metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho.

De acordo com Martins e Theóphilo (2007, p.37) “o objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. Por sua vez, método é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo.” “Método é uma forma de ordenar o pensamento. Aplicado à investigação científica, significa combinar estrategicamente a capacidade de encadeamento lógico das idéias, empregando-a para conhecer os fatos, através de diferentes procedimentos” (CHAROUX, 2004, p. 22).

Quanto aos objetivos a presente pesquisa classifica-se como exploratória que de acordo com Gil (2002) é aquela que possibilita maior privança com o problema, com o intuito de torná-lo mais compreensível ou a constituir hipóteses.

Com base nos procedimentos técnicos, o trabalho configura-se como bibliográfico, pois o estudo irá valer-se de material publicado em livros, artigos científicos, revistas, meios eletrônicos que exploram o tema a ser desenvolvido.

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando a construção da plataforma teórica do estudo. (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p.54).

Por meio da pesquisa exploratória de caráter bibliográfico pretendeu-se ratificar a importância da auditoria interna como ferramenta de revisão dos controles internos, bem como ressaltar seu papel preponderante na gestão de riscos e destacar seu valor no suporte as boas práticas de governança corporativa.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1. Resultados obtidos com o trabalho

No que corresponde ao objetivo geral da pesquisa, observou-se que após os escândalos financeiros os trabalhos da auditoria interna ficaram mais amplos e ganharam prestígio. A auditoria interna se destacou como uma ferramenta de gestão eficiente e eficaz. Sua atuação no exame dos controles internos, no gerenciamento de riscos e na assistência prestada à governança corporativa, vem se valorizando cada vez mais como uma atividade que agrega valor às organizações.

Com relação ao primeiro objetivo específico, reafirmamos a importância da auditoria interna na supervisão dos controles internos adotados por uma organização, se os mesmos são eficientes ou não, e por meio dessa avaliação sugerir adequações que promovam o fortalecimento e uma melhoria contínua do sistema de controle.

Com relação ao segundo objetivo, notamos que a auditoria interna, em meio a um mercado mutável e as novas exigências regulatórias, exerce funções mais amplas em relação à criação e/ou aprimoramento de uma estrutura efetiva de controle de riscos que contribua para evitar surpresas desagradáveis, uma vez que esse instrumento identifica e detecta a vulnerabilidade dos mecanismos de controle.

E quanto ao último objetivo, verificamos que a auditoria interna é um importante agente de governança corporativa, que participa efetivamente na gestão das corporações, por meio de avaliações que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.

O IIA por meio de sua definição, atualizada, de auditoria interna comprova o papel primordial dessa ferramenta para às organizações. “Auditoria interna é uma atividade independente, que através da avaliação do processo de gestão de riscos, governança corporativa e controles internos adiciona valor à organização”. (ADMINISTRADORES, s.d.)



Em suma, concluímos que a auditoria interna vive um momento único e decisivo nesse novo contexto mundial e a tendência é que se estabeleça como um dos principais pilares da estrutura de gestão.

#### **4.2. Sugestões para futuras pesquisas**

Este trabalho não esgota o assunto estudado, constitui-se em área extensa, extremamente importante em toda a sociedade, ramos de negócios etc, portanto, recomendamos/sugerimos estudos adicionais/complementares nas áreas de auditoria interna, controles internos, gestão de riscos e governança corporativa, auditoria contínua voltadas para o aperfeiçoamento empresarial, pois se tratam de temas valiosos que contribuem para a gestão e para o desenvolvimento sustentável agregando valor as organizações e propiciando benefícios a todos os interessados.

## 5. REFERENCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSI, Marcos. *Gestão de riscos com controles internos: ferramentas, certificações e métodos para garantir a eficiência dos negócios* – São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

ATTIE, William. *Auditoria Interna*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOYTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002.

CHAROUX, Ofélia M. G. *Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento*. São Paulo: DVS editora, 2004.

CODIGO DAS MELHORES PRATICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em 20 de jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n 986/2003. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 13 de mai. 2013.

COSO – GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS – Estrutura Integrada. Disponível em [http://www.coso.org/documents/COSO\\_ERM\\_ExecutiveSummary\\_Portuguese.pdf](http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf)>. Acesso em 08 de ago. 2013

ENREVISTA: Desvendando a auditoria interna. Disponível em <<http://administradores.com.br>>. Acesso em 10 ago.2013

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IIA. Declaração de Posicionamento do IIA: O papel da auditoria interna no gerenciamento de riscos corporativo. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.iiabrasil.org.br/new/download/ar/IPPF\\_DP\\_Papel\\_%20AI%20\\_GRC\\_01.09.pdf](http://www.iiabrasil.org.br/new/download/ar/IPPF_DP_Papel_%20AI%20_GRC_01.09.pdf)>. Acesso em : 10 ago. 2003.

INSTITUO BRASILEIRO DE GOVERNAÇA CORPORATIVA. **Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em 15 de jul. 2013.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Atlas , 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas , 2009.

PEREIRA, Marcos Augusto Assi. *Controles internos e cultura organizacional: como consolidar a confiança na gestão dos negócios*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009.

PERES, Dulcidio Lavoisier de Oliveira. A importância da gestão de riscos e controles internos como respostas a riscos empresariais / Dulcidio Lavoisier de Oliveira Peres. 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BETOLUCCI, Ricardo Galinari. Gerenciamento do Risco Corporativo em Conroladoria: Enterprise Risk Management (ERM). São Paulo. Cengage Learnig, 2009.

PORTAL da administração. *Auditoria Interna*. Disponível em: <[http://www.administradores.com.br/producao\\_academica/auditoria\\_interna/488](http://www.administradores.com.br/producao_academica/auditoria_interna/488)>. Acesso em: 05 jun 2013.

SANTOS, Paulo Sérgio Monteiro dos. Gestão de Riscos Empresariais: um guia prático estratégico para gerenciar os riscos de sua empresa. São Paulo. Novo Século, 2002.